

Governo libera R\$ 5 bi em 2017, mas prevê desafio ano que vem

Por Edna Simão e Fábio Pupo |
De Brasília

A melhora da arrecadação e a redução de despesas obrigatórias permitiram ao governo desbloquear R\$ 5 bilhões do Orçamento de 2017 e ainda prever um resultado primário melhor do que a meta de déficit de R\$ 159 bilhões. Apesar disso, o cenário para o ano que vem é visto como "desafiador".

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, diz que o novo ano vai começar com contingenciamento de recursos para assegurar o cumprimento da meta de déficit de R\$ 159 bilhões diante da não aprovação de medidas de ajuste fiscal, como a medida provisória de tributação de fundos exclusivos e do adiamento de reajustes do servidor público - esta, suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). Juntas, todas as iniciativas do governo teriam um impacto de R\$ 21,4 bilhões para a União.

Dyogo ressaltou que o Orçamento de 2018 já começa pressionado e que o bloqueio de recursos deve ser feito tão logo haja a sanção presidencial do Orçamento. "Provavelmente vamos começar o ano com um corte no Orçamento para adequá-lo à realidade do que não foi aprovado", destacou o ministro.

Questionado sobre quanto será contingenciado, ele disse não ser possível nem dizer que ele será de ao menos R\$ 21,4 bilhões (impacto somado das medidas de ajuste no ano que vem) porque outras variáveis devem ser consideradas. "Estamos percebendo que o processo de melhoria da receita terá continuidade em 2018. Isso pode compensar, em parte, essas perdas observadas sobre o Orçamento", disse.

O governo aumentou a projeção oficial de crescimento da economia em 2018 de 2,5% (número contido no Orçamento) para 3%, e essa elevação deve bancar parte da perda de receita pela não aprovação das medidas de ajuste. Além disso, a equipe econômica acredita que terá alguma receita com a aprovação do projeto de reoneração da folha de pagamento, o que ajudará nas contas de 2018.

Ainda para ajudar no cumprimento da meta de déficit primário, a equipe econômica deve incorporar em suas receitas a arrecadação com leilão de petróleo, cujo edital para realização só foi aprovado após a elaboração das peças orçamentárias.

Outra ajuda serão os recursos obtidos com a venda de ações do Banco do Brasil (BB) no Fundo Soberano do Brasil (FSB), que o governo queria incorporar nas suas

contas deste ano mas não conseguiu, e devem dar um alívio para as contas no ano que vem. Somente essa rubrica representa uma receita de R\$ 2,287 bilhões. Também deve ser incorporada nova receita à União o resultado da discussão da cessão onerosa com a Petrobras.

Para Dyogo, a preocupação do governo no ano que vem não é somente no campo das despesas - uma visão que começou a ser reforçada por membros do Ministério da Fazenda nos últimos dias. "Eu gostaria de me preocupar só com uma coisa, mas a gente tem preocupações do lado da receita e também da despesa. O impacto dessas medidas que não foram aprovadas é direto e imediato", disse.

Oliveira aproveitou para fazer um alerta sobre as discussões fiscais e sobre a necessidade das alterações na Previdência. "Nosso grande desafio como nação são as contas públicas. Temos déficits elevadíssimos e estamos tomando dinheiro emprestado para pagar a Previdência. Isso não pode continuar indefinidamente".

No caso de 2017, o ministro disse que o cenário "mais provável" é de um resultado primário levemente melhor do que o rombo de R\$ 159 bilhões previsto pela meta para 2017 devido à possível não liberação de todos os recursos desbloqueados.





Pelos planos do governo hoje, os principais beneficiados pelos R\$ 5 bilhões desbloqueados serão os ministérios da Defesa, Ciência e Tecnologia, Transportes e Educação. Do total, R\$ 3,694 bilhões serão destinados para custeio e funcionamento dos órgãos. Além disso, será reforçado o orçamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em R\$ 850 milhões. O decreto com a distribuição dos recursos deve ser publicado no Diário Oficial da União (DOU) ainda nesta semana.

Novas projeções

Indicadores selecionados para 2017

| Indicador | Nova estimativa | Estimativa anterior |
|------------------------|---------------------|---------------------|
| Câmbio médio | Dólar a R\$ 3,19 | Dólar a R\$ 3,2 |
| IPCA | 2,88% | 3,2% |
| Crescimento do PIB | 1,1% | 0,5% |
| Receita administrada | R\$ 830,382 bilhões | R\$ 826,173 bilhões |
| Receita primária total | R\$ 1,378 trilhão | R\$ 1,379 trilhão |
| Despesa primária | R\$ 1,304 trilhão | R\$ 1,308 trilhão |

Destino dos recursos

Aplicação dos valores descontingenciados - em milhões de R\$

| | |
|-----------------------------------|--------------|
| Custeio e funcionamento de órgãos | 3.694 |
| Investimentos no PAC | 850 |
| Emendas obrigatórias individuais | 264,3 |
| Emendas de bancadas estaduais | 132,2 |
| Demais poderes | 62,7 |
| Total | 5.003 |

R\$ 19,6 bilhões é o valor restante contingenciado

Fonte: Ministério do Planejamento

Orçamento de 2018 terá corte em áreas essenciais, diz ministro

Mas governo libera R\$ 5 bi deste ano, cujo resultado fiscal será melhor

GABRIELA VALENTE

BRASÍLIA - A 11 dias do fim de 2017, o governo resolveu desbloquear R\$ 5 bilhões do Orçamento. A liberação, entretanto, não tem tempo para ser paga antes da virada do ano. Isso fará com que a equipe econômica entregue um resultado das contas públicas melhor que o prometido. No entanto, o quadro para 2018 é diferente e considerado desafiador pelos técnicos. Por isso, o Ministério do Planejamento anunciará um bloqueio de despesas, em janeiro, que atingirá áreas como Saúde, Educação, Transporte e Segurança Pública. O ano começa com frustração de receitas. As medidas do ajuste fiscal que não passaram no Congresso devem desfalcocar o Orçamento em R\$ 21,4 bilhões. Mas o ministro Dyogo Oliveira esclareceu que esse pode não ser o corte anunciado em janeiro. Os técnicos ainda calculam os impactos da melhoria das previsões de crescimento do país sobre as receitas: — Se a reforma da Previdência tivesse sido aprovada, o contingenciamento seria menor. Sem isso, nenhuma área importante deve escapar do arrocho preventivo no início do ano. A

justificativa é que a frustração de receita equivale a mais que o dobro de todo o orçamento previsto para os Transportes.

Dyogo repetiu o mantra recente da equipe econômica: o Brasil toma dinheiro emprestado para pagar a Previdência. Frisou que 57% do Orçamento vão para a Previdência e apenas 3% para investimento. O cenário para 2018 é considerado por ele como “desafiador”. Segundo o ministro, do total liberado, R\$ 850 milhões serão destinados a obras do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento. A maior parte, R\$ 3,694 bilhões, vai para despesas de custeio. Os demais poderes receberão R\$ 62,7 milhões. Para as emendas obrigatórias individuais de parlamentares serão destinados R\$ 264,3 milhões. Já as de bancada receberão R\$ 132,2 milhões. O governo acredita que pode reverter a decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, que suspende os efeitos da medida provisória que adiou o reajuste dos servidores. Para a Advocacia-Geral da União, se o plenário do STF reverter a decisão, os servidores não terão a garantia de continuar a receber o aumento que será dado em janeiro e terão de devolver o percentual que será pago a mais, disse Dyogo Oliveira.

Impacto

MATIAS SPEKTOR

O Itamaraty acaba de criar grupo de trabalho para montar o primeiro sistema formalizado de planejamento da diplomacia brasileira. Se der certo, a empreitada transformará a política externa para melhor.

Durante 2018, a chancelaria apresentará e testará o piloto em nível experimental. Adiante, quando o sistema estiver pronto, o trabalho do ministério – e o orçamento que recebe do Ministério do Planejamento – será guiado por diretrizes, objetivos e metas explicitadas pelos próprios diplomatas.

O desafio de montar um sistema decente é enorme porque demanda um esforço conceitual. Afinal, uma chancelaria produz poucos bens tangíveis e mensuráveis, tais como a qualidade do serviço prestado por seus consulados mundo afora. Na prática, o grosso do trabalho diplomático é intangível e, portanto, de mensuração complexa. Ele diz respeito ao exercício de influência sobre terceiros países ou à construção de reputação no longo

prazo.

Muitas vezes, isso envolve fenômenos não observáveis, como é o caso das missões nas quais o êxito da chancelaria está em impedir que um terceiro país tome decisões contrárias a nossos interesses.

Há outras chancelarias do mundo que também adotam sistemas formalizados de planejamento, como é o caso de alemães, americanos, britânicos e holandeses. O Itamaraty terá de conceber um modelo próprio, aproveitando novas tecnologias de mensuração.

Para funcionar bem, tal sistema precisará evitar armadilhas. Por exemplo, seria equívoco grosseiro julgar a eficácia das embaixadas brasileiras por sua capacidade de criar comércio novo, pois elas cumprem funções importantes além do comércio. Da mesma forma, seria um equívoco quantificar aquilo que não é quantificável ou inaugurar uma avaliação que, em vez de medir resultados, meça performance.

Bem-desenhado, o novo

instrumento de planejamento ajudará o Itamaraty a detectar as políticas que funcionam bem e aquelas que funcionam mal, assim como detectar problemas e oportunidades. Hoje, isso ocorre de modo tácito e por meio de laços pessoais. Na burocracia moderna de um regime democrático, esse processo tem de ser explícito e baseado em evidências.

A reforma enfrentará resistências. Alguns diplomatas terão medo de esse ser um truque para premiar e punir funcionários (não o é). Outros hesitarão justificar suas prioridades à luz de dados.

A mudança, entretanto, é inexorável. Ela faz parte de um movimento mais geral do governo federal na direção de avaliar o impacto do gasto público. Trata-se de um processo positivo e sem volta.

Se souber implementar sua reforma, o Itamaraty sairá fortalecido: identificando com precisão o valor que agrega à sociedade brasileira, avançará com força renovada pelo século 21. É coisa revolucionária.

CONTAS PÚBLICAS

Com previsão de receita melhor, Temer libera R\$ 5 bi do Orçamento

DE BRASÍLIA - O Ministério do Planejamento anunciou nesta quarta-feira (20) o desbloqueio de R\$ 5 bilhões do Orçamento deste ano.

A liberação foi possível porque o governo revisou para cima sua projeção com a arrecadação em R\$ 4,2 bilhões.

Com essa liberação, os recursos do Orçamento, que estavam represados em R\$ 24,6 bilhões, passam a ficar contingenciados em R\$ 19,6 bilhões.

Do total liberado, R\$ 3,7 bilhões irão para despesas de custeio e funcionamento de órgãos públicos, R\$ 850 milhões, para investimentos, R\$ 264 milhões, para emendas obrigatórias individuais, R\$ 132 milhões, para emendas de banca- da, e R\$ 63 milhões, para os Poderes Legislativo e Judiciário.

“Vamos fazer a lista de pri-

oridades nos próximos dias. Os recursos serão destinados para pagamento de despesa de funcionamento dos órgãos, que ficaram comprimidas, pagamento da participação do Brasil em organismos internacionais, despesas dos ministérios da Defesa, Ciência e Tecnologia, Educação e Transportes”, disse o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

De acordo com ele, apesar da liberação, a expectativa é que o resultado fiscal seja um pouco melhor do que o determinado pela meta.

Com o objetivo de cumprir a meta fiscal para 2017, de um deficit de R\$ 159 bilhões, o governo Michel Temer fez, ao longo do ano, ajustes na programação orçamentária, com bloqueios e liberações do Orçamento. **(MAELI PRADO)**

Defesa e Educação vão receber mais recursos

Governo anunciou ontem a liberação de R\$ 5 bi que estavam retidos no Orçamento deste ano; em 2018, também haverá contingenciamento

Eduardo Rodrigues
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

A liberação de R\$ 5 bilhões no orçamento deste ano será utilizada para pagar obras do governo e bancar o custeio de áreas que já estavam estranguladas, como Defesa e Educação, detalhou ontem o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. O desbloqueio também abre espaço para aumentar em R\$ 396,5 milhões as emendas parlamentares, que têm sido usadas como moeda de troca no convencimento do Congresso Nacional para a aprovação de medidas, como a Reforma da Previdência.

O ministro confirmou ainda que o governo já prepara um novo bloqueio no Orçamento de 2018 para fazer frente às medidas que o Congresso não aprovou neste ano ou que foram barradas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo ele, o corte pode ser

inferior ao buraco de R\$ 21,4 bilhões devido ao maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) esperado para o próximo ano, mas com certeza seria ainda menor se a reforma previdenciária já tivesse sido aprovada no Congresso.

A terceira liberação consecutiva de recursos bloqueados no Orçamento de 2017 havia foi antecipada pelo Estadão/Broadcast. Mesmo com essa liberação, ainda permanecerá um corte de R\$ 19,6 bilhões em relação ao previsto na Lei Orçamentária deste ano.

A maior parte dos recursos – R\$ 3,693 bilhões – será usada para cobrir despesas de custeio para o funcionamento dos órgãos públicos. "A distribuição entre os órgãos será feita nos próximos dias. As despesas ao longo do ano ficaram muito comprimidas. Pagamentos de organismos internacionais e Defesa, Ciência e Tecnologia, Educação e Transportes serão as principais áreas a receber recursos nessa reta final", detalhou Oliveira.

Outros R\$ 850 milhões irão para o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os demais poderes – Legislativo e Judiciário – receberão R\$ 62,7 milhões. Já as emendas obrigatórias individuais dos parlamentares serão recompostas em R\$ 264,3 milhões e as emendas obrigatórias de bancada serão desbloqueadas em R\$ 132,2 milhões.

O desbloqueio foi possível pela reestimativa de receitas, com alta em R\$ 436,9 milhões para este ano, mas, principalmente, pela reavaliação das despesas, que caíram R\$ 4,566 bilhões, sobretudo nas contas de subsídios e créditos extraordinários para serem usados em casos de emergências.

2018. Apesar do alívio para o gasto público no fim de 2017, o ministro reconheceu que a execução orçamentária no próximo ano será muito difícil devido a não aprovação pelo Congresso de medidas de redução de gastos e aumentos de receitas que teriam impacto de R\$ 21 bilhões nas contas de 2018.

Novo ano, ajuste novo

Além do foco na aprovação da reforma da Previdência, que tomará conta dos debates no começo do ano que vem, o governo terá a missão de colher os cacos do que não foi aprovado no parlamento para recalcular as receitas e despesas previstas. A principal bandeira para alavancar a economia eram as mudanças nas regras das aposentadorias, mas medidas pontuais também pretendiam contribuir com a recomposição dos cofres públicos, como o adiamento do reajuste dos servidores públicos, a reoneração da folha de pagamento e a tributação sobre fundos de investimentos privados — medidas que, juntas, previam receita de cerca de R\$ 25 bilhões em 2018.

Um dos baques inesperados pelo governo foi a decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski que suspendeu os efeitos da MP que adiava o reajuste dos servidores públicos. Cinco ações contra o adiamento tramitavam na Corte. Editada em 30 de outubro, a MP caducava somente em abril, e, apesar da resistência de parte dos parlamentares, o governo trabalhava para que ela fosse aprovada. “A decisão do Supremo foi acertada. Não havia base jurídica para o governo aprovar o aumento da alíquota previdenciária”, destaca o deputado Rogério Rosso (PSD-DF), presidente da comissão especial da MP 805.

Na terça-feira, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que a Advocacia-Geral da União (AGU) entrará com recurso e, mesmo com o calendário jogando contra, ele acredita que o adiamento não está perdido. “Como é uma decisão liminar, precária, o julgamento do mérito é que vai definir. Vamos cumprir o determinado, faremos o pagamento dos valores e, se, posteriormente, houver uma decisão favorável, aí há todo um processo”, afirmou, durante audiência pública na qual defendeu a regulamentação do teto remuneratório da administração pública.

Fontes no governo contam que a estratégia é esperar a segunda quinzena de janeiro, quando o vice-presidente do STF, ministro Dias Toffoli, deve assumir o recesso, e tentar um recurso para que ele derrube a liminar e mande a decisão para o pleno. “Como os salários com reajuste têm de ser pagos somente em fevereiro, isso daria chance ao governo. O imbróglio jurídico faria o pleno se pronunciar rapidamente e, em caso de vitória, daria tempo de reverter. É contar com uma pequena luz no fim do túnel”, afirma um interlocutor que prefere não se identificar.

Como a hipótese é baseada em muitas condicionantes, o governo fará, a partir de janeiro, o descontingenciamento de recursos

para cobrir os R\$ 5,1 bilhões que estavam previstos pela MP. De acordo com o doutor em direito constitucional Erick Wilson Pereira, caso o governo deposite a primeira parcela com reajuste, não há possibilidade de reversão. “Por causa da irredutibilidade salarial prevista na Constituição, o reajuste será automaticamente incorporado ao salário e isso não pode ser reduzido. Se o servidor receber a primeira parcela, o recurso da AGU perde o objeto porque vira fato consumado”, explica.

Reoneração

Além do adiamento do reajuste, ficou para o próximo ano o projeto que reonera a folha de pagamentos para cerca de 50 setores da economia. Atualmente, 56 áreas têm desoneração tributária e contribuem baseados no faturamento, não na quantidade de trabalhadores registrados. Em princípio, a proposta mantinha o benefício somente para seis setores e previa uma receita de mais de R\$ 10 bilhões. Depois da revogação da MP 774, o projeto de lei que será apreciado no início do ano prevê a desoneração para 16 setores.

De acordo com o relator da matéria, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), a comissão especial criou um filtro para definir critérios para os setores baseados em uso intensivo de mão de obra, atividade exportadora e concorrência forte no





mercado nacional. “Chegamos a uma fórmula que não são os seis do governo nem os 56 das emendas. Caiu para 16. Não é no nível do que foi proposto, mas não é o que tem hoje. É uma proposta que viabiliza a aprovação no plenário. Não adianta ter uma tese e não ser viável”, afirma Silva. Como a matéria ficou para 2018, o relator não cobrou da Receita Federal um cálculo de quanto é a verba estimada com a aprovação da reoneração.

Na avaliação do coordenador do Núcleo de Análise Política (NAP) da Prospectiva Macropolítica, Thiago Vidal, o governo deixou de focar em soluções de curto prazo para o orçamento e perdeu a oportunidade de cobrir rombos significativos em 2018. “Óbvio que a reforma da Previdência é importante, mas, principalmente a nova proposta, é receita a longo prazo. A reoneração da folha e o projeto de taxaço dos fundos de investimento poderiam dar um bom colchão para o ano que vem, que não será fácil”, comenta.

Já o economista e doutor em ciência política José Matias-Pereira comenta que todas essas medidas são “verdadeiras caixas de marimondo” e que o governo tinha de escolher algo para priorizar. “O governo está numa armadilha da qual ele não consegue sair porque não tem uma base confiável, tem uma base que só olha para o próprio umbigo. Se ele jogar a toalha da reforma da Previdência, acaba. Naquele cardume está escolhendo os maiores peixes. Neste momento, todo o esforço que vem sendo feito, está tentando olhar lá na frente, em

como o país vai chegar no fim de 2018”, pondera.

Uma lista de pendências

O governo formulou, neste ano, uma série de medidas para controlar as contas públicas, mas a maioria delas ficou para 2018. Além da reforma da Previdência e da reforma tributária, confira o que está pendente:

MP 805

O texto adia o reajuste salarial dos servidores públicos para 2019 e aumentava a contribuição previdenciária de 11% para 14% daqueles que ganham acima de R\$ 5,5 mil mensais e fazem parte do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). O governo previa uma receita de R\$ 5,1 bilhões em 2018 com o adiamento. Uma decisão liminar do STF suspendeu os efeitos da MP. O governo pretende recorrer, mas interlocutores da área econômica já consideram a causa perdida.

MP 806

O texto dispõe sobre o Imposto de Renda das aplicações em fundos de investimento. A ideia é tributar fundos de investimento fechado (ou exclusivos). A medida atinge as grandes fortunas, já que a modalidade é focada em investidores com patrimônio acima de R\$ 10 milhões. O IR era pago na hora da amortização das cotas ou da liquidação do fundo. Com a MP, os tributos serão cobrados anualmente. Cálculos do governo indicaram uma receita estimada em R\$ 10,38 bilhões só em 2018, entretanto, precisava ter sido aprovada para gerar a receita.

Reoneração da folha

O governo pretende acabar com a desoneração da folha de pagamentos para 50 setores da economia — atualmente, 56 contam com o benefício de recolher contribuição previdenciária sobre o faturamento da empresa e não sobre os salários. A previsão de receita inicial com a proposta era de cerca de R\$ 10 bilhões. A MP 774, que alterava as regras, caducou e foi revogada em agosto. O projeto de lei reformulado para substituir a MP aumenta para 16 setores os beneficiados e ainda precisa ser aprovada. O cálculo da nova arrecadação ainda não foi divulgado.

Teto do funcionalismo

O governo apoia a aprovação integral do PL 6726/16, que regulamenta o limite remuneratório dos servidores da administração direta e indireta da União, das unidades da Federação e dos municípios. A previsão do governo é de aumentar a receita de até R\$ 2,5 bilhões para os estados e de R\$ 900 mil para União — valor que daria para construir 9 mil casas do Minha Casa Minha Vida, segundo o ministro do Planejamento.

“Por causa da irredutibilidade salarial prevista na Constituição, o reajuste será automaticamente incorporado ao salário e isso não pode ser reduzido. Se o servidor receber a primeira parcela, o recurso da AGU perde o objeto porque vira fato consumado”

Erick Wilson Pereira, doutor em direito constitucional

Caos financeiro na saúde de Natal

O caos da saúde se instalou no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, em Natal. Parte dos serviços do hospital foi suspensa ontem por falta de pagamento do salário do mês de novembro e atrasos frequentes, e não há previsão para recebimento. Os servidores da saúde afirmaram que não têm condições de comparecer ao local, pois não têm dinheiro para pagar o transporte. Apenas as cirurgias de urgência e emergência são realizadas por uma equipe de plantão.

Por telefone, a assessoria de comunicação do hospital afirmou ao Correio que a crise se agrava a cada dia. O governo anunciou para hoje o pagamento dos salários de novembro dos servidores que ganham até R\$ 2 mil, mas, segundo a Secretaria de Saúde, o pessoal que recebe esse valor representa apenas 30% da folha de pagamento.

Das cinco salas de cirurgia, apenas duas estão em funcionamento e as operações agendadas estão suspensas. Ao todo, são 333 pacientes, sendo que 93 estão espalhados pelos corredores, sem banho, sem remédios e com atraso de troca de curativos.

O hospital trabalha com metade dos técnicos de enfermagem, que normalmente atendem cerca de 15 pacientes por dia. Neste caso, a assessoria não soube informar quantos pacientes cada um está assistindo, mas garantiu que os funcionários não conseguem atender

a todos e, dessa maneira, atuam de forma muito precária.

A situação de falta aos plantões já ocorre há quase 60 dias na maior unidade de saúde pública do Rio Grande do Norte. Segundo o sindicato da saúde do estado (Sindsaúde-RN), os servidores realizaram ontem um ato público em frente ao Hospital Walfredo Gurgel. Usando faixas e cartazes, eles denunciaram a situação e também aproveitavam o sinal fechado para vender balas e ainda pedir doações aos motoristas.

Segurança

O problema atinge outras unidades, como o Hospital Ruy Pereira, que também teve apenas quatro cirurgias eletivas realizadas durante a manhã, por falta de equipe. No Hospital Deoclécio Marques, em Parnamirim, das três salas de cirurgia, apenas uma funcionou durante a manhã. Duas enfermarias da clínica médica fecharão por tempo indeterminado no Hospital Regional Tarcísio Maia, o que representa 12 leitos hospitalares de média complexidade. Está prevista para hoje (21) uma assembleia da categoria da saúde para discutir os próximos passos.

Na segurança, o trabalho também está comprometido. O governo teve que pedir reforço para as Forças Armadas para segurança no estado, uma vez que a maior parte do efetivo da Polícia Militar do Rio Grande do Norte não tem saído para trabalhar

nas ruas em protesto por atrasos salariais que ocorrem há meses no estado. Ontem, a Polícia Civil e os agentes penitenciários também aderiram ao movimento. Visitas, audiências e banhos de sol estão suspensos nos presídios.

93

Quantidade de pacientes que estão espalhados pelos corredores, sem banho, sem remédios e com atraso de troca de curativos no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, em Natal

13º em falta em cinco estados

O fim de ano será mais difícil para servidores de cinco estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe, que não conseguiram fazer o pagamento do 13º salário dentro do prazo, que se encerrou ontem. Pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o 13º pode ser pago em até duas parcelas, a primeira entre fevereiro e novembro e a segunda, até 20 de dezembro. Em Minas Gerais, o governo anunciou, até agora, o pagamento somente aos servidores da segurança pública (polícias Militar e Civil, bombeiros e agentes penitenciários) e da Fundação Hospitalar, em duas parcelas: uma no dia 26 de dezembro e outra em 19 de janeiro. A alternativa foi apresentada após as categorias marcarem uma greve para hoje. Quanto aos demais servidores, ainda não está definido quando vão receber o 13º.

Planejamento libera R\$ 5 bi no fim de ano



Dyogo Oliveira: governo não terá R\$ 21 bilhões no próximo ano porque Congresso não aprovou medidas

Com sobra no orçamento deste ano para o cumprimento da meta de limitar o déficit a R\$ 159 bilhões, o governo liberou R\$ 5 bilhões que estavam bloqueados. O objetivo é desafogar as despesas de vários órgãos públicos. Os ministérios da Defesa, da Educação, de Ciência e Tecnologia e dos Transportes terão prioridade para receber os recursos, segundo o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Mas, apesar da folga neste ano, a pasta terá que anunciar um novo contingenciamento no início de 2018, num total que pode chegar a R\$ 25 bilhões.

Do total liberado para 2017, R\$

3,69 bilhões são para despesas de custeio dos ministérios. Outros R\$ 396,5 milhões vão para emendas parlamentares. Também serão liberados R\$ 850 milhões para investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Outros poderes receberão R\$ 62,7 milhões. A distribuição será detalhada no Diário Oficial da União.

Em novembro, a equipe econômica havia desbloqueado R\$ 7,5 bilhões do orçamento. A liberação dos recursos neste fim de ano se deve, principalmente, a uma queda de R\$ 4,6 bilhões no total de despesas orçamentárias previstas,

que foram reestimadas para R\$ 1,304 trilhão. Além disso, a projeção de receita cresceu R\$ 436 milhões, explicou o ministro do Planejamento.

O descontingenciamento de R\$ 5 bilhões ocorre 11 dias antes do término do ano e, por consequência, da execução do orçamento de 2017. Diante do prazo apertado, parte dos recursos não será efetivamente gasta, permitindo ao governo terminar o ano com déficit primário menor que os R\$ 159 bilhões da meta fiscal.

O anúncio do desbloqueio, no entanto, é uma sinalização ruim para o ajuste fiscal, na avaliação do economista-chefe para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, apesar de ele reconhecer que é necessário liberar recursos para os órgãos com dificuldades financeiras. “Se há algum conforto para o governo cumprir a meta neste ano, seria melhor que ele apresentasse um déficit menor. Isso mostraria ao mercado que há um esforço para poupar em vez de gastar mais”, afirmou. O ministro do Planejamento garantiu que não haverá novos desbloqueios até o fim do ano, apesar de ainda haver R\$ 19,6 bilhões contingenciados no orçamento de 2017.

Aperto em 2018

Apesar do relativo conforto na execução orçamentária de 2017,





Dyogo Oliveira confirmou que será necessário um contingenciamento nos primeiros meses de 2018. Isso ocorrerá porque diversas medidas que renderiam R\$ 21,4 bilhões no próximo ano não foram aprovadas pelo Congresso. Estão nessa lista a reoneração da folha de pagamento, o adiamento do reajuste dos servidores para 2019, o aumento da alíquota previdenciária dos funcionários públicos e a tributação de fundos de investimento exclusivos.

De acordo com o ministro, o valor do bloqueio vai depender da revisão de receitas e despesas. Especialista em orçamento próximo ao governo afirmou, porém, que o montante pode chegar a R\$ 25 bilhões. “Provavelmente vamos começar o ano com um corte no orçamento para adequá-lo à realidade do que não foi aprovado”, destacou o ministro.

“O orçamento é uma peça anual. Começa um novo ano, com características diferentes, pressionado por uma série de medidas (não aprovadas) e num

cenário desafiador para a execução orçamentária em 2018”, acrescentou Oliveira. “Mas haverá um processo de melhoria das receitas, fruto da recuperação da atividade econômica em 2018, que poderá compensar, em parte, essas perdas que foram observadas sobre o orçamento.”

Dívida cresce

A dívida pública federal avançou 1,6% em novembro e atingiu R\$ 3,49 trilhões. O aumento decorreu dos maiores gastos do governo com juros, que totalizaram R\$ 25,7 bilhões, e de emissões de novos títulos, que somaram R\$ 29,48 bilhões. A dívida interna subiu 1,83%, para R\$ 3,311 trilhões. Já a externa aumentou 4,46%, chegando a R\$ 121,4 bilhões. Flávio Serrano, economista da Haitong, disse que a dívida só deve parar de subir em 2022. “Nossa projeção é de que ela chegue a 85% do PIB (Produto Interno Bruto) daqui a cinco anos e se estabilize”, afirmou”. “O número é bem superior ao de outros países emergentes, que têm características econômicas similares”, completou.

Governo promete priorizar ferrovias

» SIMONE KAFRUNI

O governo vai concentrar esforços para destravar investimentos em ferrovias em 2018, garantiu ontem o secretário-geral da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, ao fazer um balanço do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), agora chamado Avançar Parcerias. O ministro também disse que o projeto de lei da privatização da Eletrobras, que está em análise na Casa Civil, poderá ser encaminhado até amanhã ao Congresso.

Em 18 meses, dos 145 projetos do PPI, 70 foram concluídos, com 20 leilões realizados e 50 contratos assinados, que renderam aos cofres públicos R\$ 28 bilhões em outorgas. “Nosso objetivo não era arrecadar, mas focar nos R\$ 142 bilhões que serão investidos nos projetos, que vão gerar emprego e renda”, afirmou Moreira Franco. Hoje, ele entrega a obra da “maior linha de transmissão do país”, que liga a Usina de Belo Monte ao Rio de Janeiro.

Segundo o ministro, a projeção para 2018 é de mais R\$ 132,7

bilhões em investimentos com outros 75 projetos, dos quais 55 no setor de transportes. “Precisamos nos dedicar à questão ferroviária. Vamos mobilizar nossa capacidade de trabalho para destravar os investimentos nessa área”, disse.

Sobre a privatização da Eletrobras, Moreira Franco ressaltou que, se a Casa Civil finalizar a análise do projeto de lei esta semana, ele será encaminhado ao Congresso antes do recesso parlamentar. “Se isso não ocorrer, será feito assim que a Casa reabrir”, ressaltou.

Moreira Franco anunciou ainda o lançamento de um selo de qualidade para projetos de infraestrutura, a Certificação Acreditada. O objetivo é garantir excelência em engenharia, cumprimento de prazos e eficiência nos empreendimentos. A certificação conferida pelo InMetro a empresas de auditoria que acompanharão as obras, pretende facilitar o financiamento e reduzir o custo do crédito e de seguros. O governo está apenas recomendando a certificação. No entanto, a obrigatoriedade poderá constar dos editais publicados pelas agências reguladoras.

Perspectivas para 2018

Durante este ano, a equipe econômica, sob o comando do ministro Henrique Meirelles, se dedicou a criar as condições para o Brasil emergir da recessão — iniciada em 2014, e que impôs o desemprego a mais de 14 milhões de trabalhadores. Para que 2018 inaugure um ciclo virtuoso de longo prazo, o desafio não é só do governo federal. Exigirá muito da sociedade que, em outubro próximo, terá de eleger um novo presidente da República, senadores, deputados federais e estaduais e governadores.

As condições para que a economia deslanche foram construídas entre 2016 e 2017, com o estabelecimento do teto dos gastos públicos, a reforma trabalhista, a queda da inflação e a redução das taxas de juros. Um dos principais resultados foi a retomada dos empregos, além da maior credibilidade da política fiscal. O Produto Interno Bruto (PIB) saiu do vermelho.

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, acredita que, em 2018, o PIB crescerá 2,6%. Mais otimista, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, prevê expansão de 3%. Mas só isso é insuficiente. Maior oferta de oportunidades de trabalho, equilíbrio fiscal, crescimento econômico, entre outras demandas tornam inadiável a reforma da Previdência. Há consenso entre os economistas do governo, das instituições financeiras e dos líderes empresariais, que participaram do Correio Debate: Desafios para 2018, na terça-feira, na sede deste jornal, que, sem as alterações nas regras de

aposentadoria, há o risco de colapso nas contas públicas.

O Executivo está empenhado em convencer os congressistas a votarem as mudanças no sistema previdenciário em 19 de fevereiro. Quebrar a resistência dos parlamentares em ano eleitoral não é tarefa fácil. O adiamento implica graves riscos para o Brasil. Postergar a reforma, adverte o ministro Dyogo Oliveira, seria “desabar” todas as conquistas alcançadas entre 2016 e 2018, e deixar o país à beira do precipício.

Nas eleições gerais de outubro, as mudanças estão nas mãos de cada brasileiro. Os eleitores não podem se deixar levar por falsas promessas de candidatos aventureiros, muito menos pelos políticos envolvidos em escândalos de corrupção. Esses têm de ser banidos da vida pública pela ação deletéria que praticaram, o que comprometeu o bem-estar dos cidadãos e levou o país à beira do caos econômico e social. A miséria aumentou.

Hoje, milhares morrem nas portas de hospitais; milhões de crianças e jovens estão fora das escolas; a insegurança mata mais de 61 mil brasileiros por ano. Essas e muitas outras tragédias devem ser creditadas aos que usaram o cargo público para o próprio enriquecimento ilícito ou de grupos muito bem organizados. A construção de uma escala progressiva de bem-estar para todos os brasileiros não passa somente pelas reformas na economia, mas, sobretudo, pelas escolhas da maioria da sociedade.